

ARTIGO

A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO SOB O PRISMA INVESTIGATIVO DO SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES DO PARANÁ (1964-1985)¹

JOSÉ WILSON ASSIS NEVES JÚNIOR

Bolsista CNPq de Pós-Doutorado Júnior junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Londrina e Pesquisador colaborador do Departamento de Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas. Doutor em Ciências Sociais pela Unesp/Marília. E-mail: nevesjr1991@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0692-0740>

FABIO LANZA

Professor Associado do Departamento de Ciências Sociais, docente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGSOC-UEL) e do Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (PROFSOCIO) na Universidade Estadual de Londrina. Doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP. E-mail: lanza@uel.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2807-9075>

LUAN PRADO PIOVANI

Mestrando e bolsista CNPq pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Campinas. Bacharel em Ciências Sociais pela UEL. E-mail: luan.piovani98@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9752-2849>

RESUMO: O trabalho objetivou delinear quem eram as principais lideranças do clero paranaense vinculadas à Teologia da Libertação (TdL) a partir do trabalho dos agentes da comunidade de informações da ditadura militar brasileira (1964-1985), bem como, identificar as configurações ideológicas preponderantes nas respectivas fontes. Por meio da seleção intencional de pastas do Arquivo de Documentos do SNI do Paraná, foi realizada uma análise documental exploratória sob perspectiva lukácsiana. O trabalho dividiu-se em dois momentos: 1 – identificação das lideranças e articulações do clero libertador; 2 – análise e interpretação de como os agentes de informação atuaram frente as ações e perspectivas da TdL-PR.

PALAVRAS-CHAVE: Política Brasileira; Igreja Católica; Serviços de Inteligência; Ideologia.

¹ A presente pesquisa recebeu financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação Araucária.

THE LIBERATION THEOLOGY UNDER THE INVESTIGATIVE VISION OF PARANÁ NATIONAL INFORMATION SERVICE (1964-1985)

ABSTRACT: This paper aimed to outline who were the main leaders of the clergy of Paraná linked to the Theology of Liberation (TdL) from the work of agents of the information community of the Brazilian military dictatorship (1964-1985) as well as identify the preponderant ideological configurations in the respective sources. Through the intentional selection of folders from the SNI Archive of Paraná, an exploratory documentary analysis was carried out from a lukácsian perspective. The work was divided into two moments: 1 - identification of the leaderships and articulations of the liberating clergy; 2 - analysis and interpretation of how the information agents acted against the actions and perspectives of TdL-PR.

KEYWORDS: Brazilian Politics; Catholic Church; Intelligence Agencies; Ideology.

Recebido em: 14/07/2022

Aprovado em: 05/09/2022

DOI: <http://dx.doi.org/10.23925/2176-2767.2023v76p65-88>



Introdução

A partir da institucionalização da Lei nº 12.527 de 18/11/2011 (intitulada Lei de Acesso à Informação), teve início no Brasil um processo de recolhimento e preservação de arquivos provenientes da ditadura militar brasileira que possibilitaram não só a constituição de Comissões da Verdade, em múltiplas esferas institucionais com a participação de representantes, como também o desenvolvimento de novas pesquisas, referentes a este período histórico, no âmbito acadêmico.

Dentro desta perspectiva, a presente pesquisa teve como premissa disponibilizar dados qualitativos de uma análise exploratória realizada sobre o Arquivo de Documentos do Serviço Nacional de Informações dos estados do Paraná e Santa Catarina². O arquivo contém, aproximadamente, sete mil documentos digitalizados que, atualmente, estão disponíveis para acesso público no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro e no Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina (NDPH-UEL).

Tendo em vista os limites impostos à extensão deste trabalho, em comparação à dimensão do arquivo, foram intencionalmente selecionadas doze (12) pastas de documentos, contendo cento e trinta e uma (131) laudas, que abrangem o recorte temático proposto: a forma como os agentes de informações e repressão do estado do Paraná interpretavam as formulações e ações político-ideológicas dos membros do clero vinculados à Teologia da Libertação.³

A abordagem teórica-metodológica que subsidiou o percurso da investigação, análise e interpretação está sob a perspectiva do materialismo histórico-dialético de matriz lukácsiana, o qual reconhece a ideologia como *pôr teleológico secundário* – ou seja, um produto da atividade humana que

² Segundo o Relatório da Comissão Nacional da Verdade (2016), o SNI construiu-se com a premissa de consolidar um aparelho investigativo especializado no combate aos *vírus psicossociais*, difundidos no Brasil por entidades e organizações subversivas – a lógica de atuação dos seus agentes, apesar da pretensão de objetividade, foi permeada por juízos de valores que determinaram as ações persecutórias de distintos grupos e movimentos de oposição ao regime ditatorial (FICO, 2001; LAGÔA, 1983).

³ Inspirados pelo Concílio Vaticano II (1962-1965), os teólogos da libertação propunham uma releitura dos textos sagrados, que preconizasse uma reavaliação da ação da Igreja Católica frente a realidade social, posicionando-se em defesa das camadas menos privilegiadas, como os pobres, perseguidos políticos, dentre outros (LÖWY, 2000; MAINWARING, 2004; ROMANO, 1979; WANDERLEY, 2007).

visa intervir diretamente na organização das relações de produção, ao mesmo tempo em que é determinado e limitado pelas condições materiais da vida social (LUKÁCS, 2018a; 2018b).

Desta forma, compreende-se que as múltiplas configurações ideológicas (tanto de manutenção quanto de contestação da ordem social) correspondem à *particularidade da via de desenvolvimento* que caracteriza a inserção do objeto no *complexo de complexos* (MÉSZAROS, 2014), partilhando, aqui, da tese defendida por Mazzeo (1999) de que a particularidade do capitalismo brasileiro reside na *via prussiano-colonial de desenvolvimento*.

O trabalho encontra-se dividido em duas partes: a investigação das principais lideranças paranaenses que estiveram vinculadas à Teologia da Libertação, indicando suas ações e valorizando o papel histórico, político e social a partir das fontes; e a análise da forma como os agentes de informações e repressão do Paraná interpretaram as formulações filosófico-ideológicas e as ações político-sociais do clero libertador, relacionando as duas visões de mundo opostas com as condições materiais da realidade socioeconômica paranaense.

Ações e articulações do clero libertador no Paraná

A Teologia da Libertação constitui-se enquanto um movimento católico de relevância histórica e sociológica para o contexto das ditaduras militares latino-americanas, conforme indica Löwy (2000), as articulações de parcelas do clero em prol de uma perspectiva mais sensibilizada com a realidade política econômica e social dos países da América Latina, marcaram um processo de tomada de posição de grupos da Igreja Católica que passaram a contestar e combater os extremismos e crimes cometidos pelos regimes ditatoriais.

Esta tomada de posição por parte do clero progressista culminou em sua classificação, por parte dos setores favoráveis ao regime ditatorial militar, como subversivo, ficando sob a mira da comunidade de segurança e informação. Isto fica evidente em um relatório enviado pela Agência Central do Serviço Nacional de Informações (SNI), para ampla difusão entre as Agências Regionais, o qual afirmava que “a indefinição do problema

funditário e a atuação do clero esquerdista são, atualmente – no consenso de todos os órgãos de informação, – as duas condicionantes que poderão conduzir o País a uma grave convulsão social” (SNI-PR. Atividades Subversivas – as atuais áreas de tensão no país e sua provável utilização pela subversão, ACT_ACE_1545_81, 20 de julho de 1978, lauda 23 – grifos do documento original).

O mencionado relatório elucida preocupações do SNI (PR) em relação à manutenção das relações de poder e dominação instituídas na sociedade brasileira da época. Em destaque, o documento objetivava apresentar os membros do clero alinhados com a Teologia da Libertação como uma das principais ameaças à ordem estabelecida. Desta forma, os agentes de informação, ao reconhecer no clero progressista o potencial de mobilização das camadas populares em prol de um possível levante para contestação do estado de coisas, elenca esta parcela das lideranças religiosas como um dos principais oponentes do aparato estatal que visava a manutenção da segurança nacional.⁴

Dentre algumas das principais lideranças do catolicismo da libertação, no Brasil, destaca-se dom Paulo Evaristo Arns que, enquanto arcebispo de São Paulo, foi um dos articuladores do projeto *Brasil Nunca Mais*.⁵ No dia 26 de novembro de 1979 o cardeal Arns desembarcou na cidade de Londrina/PR,⁶ a investigação realizada pela comunidade de informações sobre o ocorrido permite elucidar alguns dos principais nomes do catolicismo libertador na cidade paranaense.

Segundo o agente responsável pela investigação, a recepção de dom Paulo em Londrina foi marcada pela presença de lideranças de alguns movimentos sociais, jornalistas, um pastor e quatro membros da Igreja Católica, sendo eles: o arcebispo de Londrina, dom Geraldo Fernandes; o

⁴ Impregnados pelo anticomunismo, característico da percepção de divisão dicotômica do mundo da Guerra Fria, os princípios doutrinários de segurança nacional brasileiros da época, sob forte influência estadunidense, fundamentavam-se em uma concepção de *guerra total* (militar, política, econômica, ideológica e cultural) que perpassava todos os âmbitos da sociedade, sendo que supostamente estaria em curso uma tentativa de infiltração comunista, em todos os setores e órgãos da sociedade ocidental, que objetivava minar os pilares do “ocidente cristão democrático” (MIGUEL, 2002; NEVES JR, 2021).

⁵ Desenvolvido pelo cardeal Arns, pelo rabino Henry Sobel e pelo pastor Jaime Wright, o projeto *Brasil Nunca Mais* incumbiu-se da sistematização e publicação de fontes documentais que explicitavam o sistema repressivo que havia se constituído no regime ditatorial militar brasileiro.

⁶ A visita de dom Paulo Arns decorreu do planejamento de visitar, naquele mesmo dia, a cidade de Rolândia/PR, em ocasião do sesquicentenário da imigração alemã do Paraná.

bispo auxiliar de Londrina, dom Luiz Colussi; o padre Aurélio Langa Perez (sem antecedentes na Agência de Informações); e o padre, e professor, do Colégio Marista de Londrina, Teófilo Bacha Filho (*SNI-PR, Visita de Dom Paulo Evaristo Arns à Rolândia/PR, ACT_ACE_339_80, 13 de dezembro de 1979, 06 laudas*).

Dos membros do clero, mencionados pelo investigador, o padre Teófilo Bacha Filho se destaca no relatório, principalmente em decorrência do fato de ter acompanhado dom Paulo Arns durante toda a sua viagem ao Paraná. Sobre Teófilo Bacha Filho, o levantamento de antecedentes disponível no final do relatório informa:

Padre e Professor. Apoia abertamente o ME em Londrina/PR. Sempre que solicitado, cede as dependências do Colégio Marista de Londrina, para eventos de caráter contestatórios ao governo revolucionário. Nos encontros promovidos pelo Grêmio Estudantil do Colégio Marista é comum a participação de elementos notoriamente esquerdistas (*SNI-PR, Visita de Dom Paulo Evaristo Arns à Rolândia/PR, ACT_ACE_339_80, 13 de dezembro de 1979, laudas 03-04*).

O padre Teófilo Bacha Filho, apesar de não ser contemplado pela produção acadêmica sobre a temática,⁷ é identificado nas investigações da comunidade de informações paranaense como uma figura de destaque, no que tange ao apoio e suporte disponibilizado aos grupos de resistência e questionamento político da cidade de Londrina-PR. Desta forma, indica-se outras duas investigações identificadas no arquivo de documentos do SNI-PR, nas quais Teófilo Bacha Filho é apontado como um dos protagonistas no processo de articulação popular contra o regime ditatorial vigente.

O primeiro caso corresponde à disponibilização do espaço do Colégio Marista para exibição de um documentário relatando o processo revolucionário de Moçambique, a exposição foi seguida de palestras que, segundo o agente investigativo, traçavam perigosas relações entre a realidade moçambicana e brasileira – o que, na visão do agente de informações, poderia fomentar mobilizações subversivas em meio à sociedade civil brasileira⁸ (*SNI-PR, ME – Exibição de documentário sobre a*

⁷ O irmão marista não foi mencionado em nenhum dos casos investigados pela Comissão paranaense da Verdade (PARANÁ, Relatório da Comissão Estadual da Verdade – PR Teresa Urban, 2014).

⁸ As percepções ideológicas dos agentes da comunidade de informações paranaense, sobre a atuação de Teófilo Bacha Filho na realidade londrinense, serão exploradas com maior afinco

independência de Moçambique, 25 de outubro de 1979, ACT/ACE-280-79, 06 laudas).

Outro caso levantado, no qual Teófilo Bacha Filho se destaca, refere-se à identificação do modo como o espaço físico do Colégio Marista vinha se consolidando como um dos principais locais de articulação, potencialmente subversiva, entre o Movimento Estudantil Universitário e Secundarista (*SNI-PR*, Atuação das organizações subversivas no Movimento Estudantil universitário e secundarista, 24 de agosto de 1981, ACT/ACE-1321-81, 06 laudas).⁹

Dom Luiz Colussi é outro membro do clero libertador apontado na investigação da visita de dom Paulo Arns e, independentemente do curto período em que atuou na região de Londrina (1978-1980), Colussi se torna relevante para esta pesquisa. Os dados do clérigo, aqui apresentados, são apropriados da investigação específica realizada pela agência de informações do Paraná a respeito do bispo (*SNI-PR*, D. Luiz Colussi – Bispo Coadjuvante da Diocese de Lins/SP, ACT_ACE_462_80, 24 de abril de 1980, 05 laudas).

Em decorrência da sua promoção para a Diocese de Lins/SP, o relatório apresenta um resumo das atividades desenvolvidas por dom Colussi enquanto ocupava o cargo de bispo auxiliar da Arquidiocese de Londrina/PR (1978-80). Segundo o relator, o bispo manteve relações com distintos grupos da esquerda londrinense, tais como o Grupo Poeira do Diretório Central dos Estudantes da Fundação Universidade Estadual de Londrina (DCE-FUEL), o Comitê Londrinense pela Anistia e Direitos Humanos (CLADH) e com políticos do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), tendo sido designado, em 1979, para a Diretoria do Conselho Comunitário Municipal de Saúde e Bem-Estar Social de Londrina (CONSABES).

O relatório destaca, ainda, a realização de discursos e palestras do bispo Luiz Colussi que se embasavam em críticas ao regime ditatorial vigente, assim como a iniciativa de criação da Pastoral Universitária (1980) – projeto realizado com apoio do Grupo Poeira (organização estudantil da Fundação Universidade Estadual de Londrina), do padre Aurélio Langa Perez

no próximo tópico.

⁹ O presente trabalho enfatiza a importância do desenvolvimento de novas pesquisas que visem valorizar o papel histórico-sociológico desempenhado pelo padre Teófilo Bacha Filho na conjuntura político-social de Londrina-PR.

(Paróquia Sagrados Corações) e do irmão marista Teófilo Bacha Filho.

Sobre sua transferência para Lins, em entrevista concedida à Folha de Londrina, dom Colussi informou que decorreu das divergências de perspectiva com dom Geraldo Fernandes (Arcebispo de Londrina), tendo em vista que este julgava o trabalho do investigado demasiado progressista. Apesar do relator indicar que dom Geraldo negou a acusação, o Arcebispo de Londrina é destacado em outras pesquisas como membro da ala conservadora do clero brasileiro que desencadeou tipos específicos de ações persecutórias às lideranças religiosas vinculadas à Teologia da Libertação na região, principalmente no que tange a Paróquia dos Sagrados Corações (SANTOS, 2013).

Como parte dos dados coletados nos arquivos do SNI-PR podemos identificar e interpretar que as articulações do clero libertador na realidade londrinense do período ditatorial são de extrema relevância para a manutenção dos grupos e movimentos de questionamento político-ideológico, tendo em vista que a cidade paranaense perpassou um processo distinto de repressão, quando comparado à Curitiba (e demais capitais dos estados brasileiros). Conforme indica o Relatório da Comissão Estadual da Verdade (PARANÁ, 2014), Londrina-PR constituiu um reduto para a intelectualidade de esquerda durante os anos de 1970 e 1974, sofrendo um processo tardio de repressão e enrijecimento das diretrizes persecutórias aos grupos e movimentos.¹⁰

Tendo destacado algumas das lideranças que desempenharam relevantes papéis político-sociais na cidade de Londrina-PR, a análise volta-se, agora, para outro importante centro urbano do Norte do Paraná, a cidade de Maringá. Segundo investigação dirigida pela Agência de Informações paranaense, em declaração à imprensa, datada de 25 de setembro de 1979, o bispo de Maringá-PR, Dom Jayme Coelho, defendeu a criação de um partido vinculado à doutrina comunista. A fala de Dom Jayme Coelho foi transcrita no relatório, consistindo na seguinte afirmação:

¹⁰ Dentro desta perspectiva, é pertinente, ainda, indicar que as ações do clero libertador voltadas para a disponibilização de espaços para articulações de lutas e de enfrentamento aos regimes ditatoriais militares e em prol de organizações populares para demandas de melhorias das condições de existência, constituíram um fenômeno amplo que abrangeu a América Latina durante a vigência das ditaduras de segurança nacional, especialmente a partir da década de 1970 com a consolidação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que serviam como redutos de resistência em meio ao contexto de extrema e violenta repressão militar (LÖWY, 2000; MAINWARING, 2004; SANTOS, 2013).

É melhor um partido comunista legalizado do que outro a existir na surdina e agir às ocultas. Quem realmente tiver coragem de dizer que é comunista, se abrigará neste partido, ao passo que aqueles que tiverem esta, tendência ideológica e não assumirem, podem ser classificados de covardes (SNI-PR, Dom Jayme Luiz Coelho – Bispo de Maringá/PR, ACT_ACE_276_79, 23 de outubro de 1979, lauda 2).

O bispo de Maringá, assim, pronunciou-se publicamente em favor da renovação de diretrizes democráticas no Brasil que privilegiassem a coexistência pacífica com partidos políticos de matriz comunista. Neste sentido, necessário se faz enfatizar que, historicamente, a política nacional se caracterizou pelo curto período de legalidade disponibilizada ao Partido Comunista do Brasil (PCB),¹¹ o qual foi marcado por diversos processos de repressão e perseguição institucionalizadas contra os membros do partido e simpatizantes das ideologias de esquerda (MAZZEO, 1999).

Deste modo, é preciso reforçar a relevância do posicionamento de uma liderança da Igreja Católica, inserida na realidade social paranaense, em defesa da construção de uma via política democrática que preconizasse a coexistência pacífica com grupos e organizações partidárias adeptas de ideologias de esquerda (mesmo que consideradas radicais nos parâmetros da política brasileira) – indica-se, contudo, que este posicionamento não implica reconhecer as propensões de dom Jayme Coelho ao comunismo/socialismo, sua atitude é entendida como pautada na defesa do pluralismo partidário democrático (questão que será abordada no próximo tópico).

Outro nome identificado como liderança do catolicismo libertador no Paraná foi o do padre Natalício José Weschenfelder. Segundo informações do relatório específico sobre o clérigo, o investigado, indicado como membro da ala progressista da Igreja Católica, ocupava o cargo de vigário de Palmas/PR, coordenando a Pastoral Indígena do Paraná e o Conselho Indigenista Missionário da Região Sul.¹²

De acordo com o investigador, o padre Weschenfelder possuía

¹¹ Fundado em 1922 o PCB manteve-se aproximadamente onze (11) anos descontínuos na legalidade, até o golpe de 1964, períodos que foram marcados pela instabilidade e constante ameaça de extinção da sigla no sistema partidário.

¹² Dos membros do clero da libertação apresentados neste artigo, o padre Natalício José Weschenfelder é o único contemplado no Relatório da Comissão Estadual da Verdade (PARANÁ, 2014) – seu nome é mencionado duas vezes em investigações relativas ao CIMI, sem a realização de exposição aprofundada.

vínculos com a Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESSOAR), entidade que, segundo investigações realizadas em 1975 pelo I Exército, atuava no sudoeste do Paraná catequisando massas camponesas – o que, para a comunidade de informações, apresentava potencial de consolidar-se como uma primeira fase do projeto de subversão. Em informação anexada ao histórico ideológico do padre (datada de 21 de março de 1977), consta que:

O Padre NATALÍCIO destaca-se pelas palestras que realiza na região e pelos seus trabalhos na ASSESSOAR. Criticando a política do governo no meio rural, dizendo que a mesma beneficia apenas o latifundiário, prejudicando o minifundiário. Em consequência disso, há o êxodo rural e o aumento do número de “bóias-frias” e assalariados nas cidades (SNI-PR, Padre Natalício José Weschenfelder, ACT_ACE_399_80, 12 de fevereiro de 1980, lauda 13 – grifos nossos).

A leitura do documento referente às investigações sobre o padre Natalício José Weschenfelder, permitiram identificar, não só, o destaque histórico-social do membro da ala progressista do clero paranaense, no que tange ao problema das questões indígenas na região, como, também, sua ativa manifestação e articulação pública em outras pautas de extrema relevância para o período, entre elas: as relações de trabalho (rural e urbano), a imposição da censura prévia, a denúncia da atuação de órgãos de informação e repressão, entre outras.¹³

Há de se ressaltar, ainda, a percepção exposta pelo agente de informações responsável pela investigação, na frase em destaque da citação, de culpabilização dos problemas sociais e econômicos da região como consequências da atuação de Natalício Weschenfelder, sendo este outro elemento que fundamentava a distorcida concepção de segurança nacional vigente nas fileiras do aparato estatal de repressão e coerção consolidado durante a ditadura militar brasileira. Dentro deste prisma doutrinário de segurança nacional a infiltração de agentes subversivos em organizações tinha como um de seus objetivos, justamente, fomentar a eclosão de crises e problemas políticos, econômicos e sociais que favorecessem a desestabilização dos regimes políticos ocidentais (MIGUEL, 2002; NEVES JR,

¹³ Indica-se, portanto, a necessidade do desenvolvimento de novas pesquisas acadêmicas que identifiquem, e valorizem, o papel histórico desempenhado por Natalício José Weschenfelder na conjuntura ditatorial militar do estado do Paraná.

2021).

Em continuidade, as análises do arquivo de documentos do SNI-PR, permitem, ainda, a identificação de uma rede coesa de lideranças católicas vinculadas à Teologia da Libertação que se encontravam dispostas em distintas regiões da conjuntura paranaense. Um dos inquéritos disponíveis no arquivo, investiga o V Encontro Estadual da Comissão Pontifícia Justiça e Paz, ocorrido em 20 de setembro de 1980 na cidade de Cascavel/PR, no qual estiveram presentes os bispos: dom Armando Círio (Cascavel/PR), dom Olívio Aurélio Fazza (Foz do Iguaçu/PR), dom Geraldo Majella Agnelo (Toledo/PR), dom Frederico Helmel (Guarapuava/PR), dom Agostinho Sartori (Palmas/PR), dom Romeu Alberti (Apucarana/PR) e dom José Maria Maimone (Umuarama/PR). O agente responsável destacou as decisões tomadas no encontro para implementação, sendo elas:

- Desenvolver ações prioritárias no campo sindical motivando trabalhadores de sindicatos, denunciando a omissão e/ou paternalismo sindical, incentivando e promovendo os sindicatos e associações de classe autênticos e representativos e, estimulando a renovação sindical;
 - Aprofundar o estudo da realidade existente e, incentivar e apoiar os trabalhadores das Comunidades Eclesiais de Base;
 - Maior conscientização da própria CPJP e contribuir para convencer os trabalhadores;
 - Apoiar as lutas específicas de bóias-frias, operários, favelados e minorias indígenas;
- Colaboração estreita e complementação de trabalhos, a nível jurídico, com as seguintes entidades: CPT – Comissão Pastoral da Terra, CIMI – Conselho Indigenista Missionário, Pastoral Operária, Rural e de Favelas;
- Promover a conscientização da população através de debates públicos promovidos pelos núcleos diocesanos;
 - Inserir nos planos de pastoral das dioceses as atuações da CPJP;
 - Promover reuniões entre os núcleos diocesanos de uma mesma região, para maior integração e desenvolvimento de trabalhos;
 - Fazer levantamento das prioridades de cada núcleo;
 - A CPJP e os núcleos diocesanos não devem se ater exclusivamente a atuar em situações emergentes, mas, se voltar para o trabalho a médio e longo prazo, objetivando atuações preventivas (SNI-PR, Escritório para Defesa de Estrangeiros – Curitiba/PR – V Encontro Estadual da Comissão Pontifícia Justiça e Paz – Cascavel/PR, ACT_ACE_602_80, 30 de setembro de 1980, laudas 02-03).

Destaca-se, mais uma vez, a propensão do clero libertador paranaense de expandir os limites de problemáticas políticas, econômicas e sociais às distintas configurações da realidade em que estavam inseridos. Assim, as

diretrizes expostas no V Encontro Estadual da CPJP, apesar do foco principal nas questões de terra e trabalho, não deixaram de privilegiar outras questões latentes ao período – como a defesa de estrangeiros, a conscientização política e o próprio levantamento de novas problemáticas. Necessário, ainda, se faz apontar a proposição de consolidação de trabalhos a médio e longo prazo em meio à realidade brasileira, visando romper as tendências imediatistas de resolução dos problemas que faziam parte do cerne propositivo do regime ditatorial militar.

Além de bispos e arcebispos, a Teologia da Libertação no Paraná contou também com a participação de outros setores da Igreja, assim como de leigos e, até mesmo religiosos vinculados a outras matrizes do cristianismo. Um caso específico que permite elucidar essa múltipla configuração da Teologia da Libertação paranaense, ocorreu em Curitiba e é registrado em Inquérito que avalia o lançamento da Carta Pastoral “A Evangelização na Igreja em Curitiba” em 30 de março de 1980 (SNI-PR, Comissão Pastoral da Terra – Paraná e Santa Catarina, ACT_ACE_561_80, 14 de agosto de 1980, 15 laudas).

As figuras que se destacaram na investigação do relator foram: dom Agostinho José Sartori (bispo de Palmas/PR), padre Michelângelo Ramero (vigário de Curitiba/PR), padre Angelo Avelino Perin (secretário da Pastoral Operária de Curitiba/PR), Claudio Veronese (leigo vinculado à CPT de Francisco Beltrão/PR), Werner Fuchs (pastor luterano de Santa Helena/PR), irmã Rosa Martin (cidade de Telêmaco Borba/PR), Jorge Cantos (leigo responsável pela CPT de Apucarana/PR), Antônio Rampazzo (advogado da CPJP em Palmas/PR), assim como Evelindo Heinklein e Regina Heinklein (leigos da cidade de Curitiba/PR).

Segundo o relator responsável, a Carta Pastoral “A Evangelização na Igreja em Curitiba”, definia linhas de ações concomitantes com o Concílio Vaticano II (1962-1965), a Conferência Episcopal de Puebla (1979) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). O agente de informações destaca os seguintes trechos da mencionada carta:

“A realidade em que atua nossa Igreja pede uma opção preferencial pelos pobres numa atenção especial para a justiça social. É o que reclamam de nós aqueles que não tem voz nem vez.”

“Apoiar as aspirações justas dos operários e agricultores por uma vida humana mais digna e o direito de criarem “livremente organizações

de defesa e promoção de seus interesses e para contribuírem responsabilmente para o bem comum” (JOÃO PAULO II, Alocução aos Operários de Monterrey), valendo-se da Assessoria da Comissão Justiça e Paz do núcleo diocesano” (In: *SNI-PR*, Comissão Pastoral da Terra – Paraná e Santa Catarina, ACT_ACE_561_80, 14 de agosto de 1980, lauda 02).

O relator enfatiza que, as diretrizes expostas pela Igreja em Curitiba, expressam o pensamento geral da CNBB, acrescentando que as Pastorais de Terra possuíam a finalidade de assessorar os trabalhadores do campo e os despossuídos, tendo como liderança um religioso ou leigo que se responsabilizava pela articulação com distintos elementos da sociedade civil. O agente segue sua investigação informando que o ponto principal de conflito na região decorreria dos problemas de terra relativos à construção de Itaipu, principalmente no que tange à desapropriação e indenização.

A identificação destas lideranças vinculadas à Teologia da Libertação permite, em primeiro lugar, problematizar a escassez de produções acadêmicas referentes as configurações do Paraná no período de ditadura militar brasileira (1964-1985), e, também, identificar uma tendência progressista-reformista¹⁴ no posicionamento político-ideológico destes religiosos (leigos e clérigos), que fundamentavam-se na perspectiva de auxílio na articulação de movimentos populares de distintas vertentes de oposição ao regime ditatorial, visando possibilitar a consolidação e o fortalecimento de estruturas políticas e sociais democráticas de participação – não estando, portanto, restritos à uma vertente político-ideológica exclusiva (como pretendia a rotulação marxista-leninistas difundida pelos agentes da repressão militar).

Deste modo, cabe neste momento aprofundar a análise da forma como os agentes paranaenses da comunidade de informações interpretaram as ações destes membros do clero libertador no período em questão, buscando, assim, elucidar a lógica persecutória que direcionou a atuação do SNI no Paraná, relacionando-a com a objetividade do projeto desenvolvimentista preconizado pela doutrina que norteou a organização política e econômica da ditadura militar brasileira.

¹⁴ O conceito de vertente progressista-reformista é tomado das contribuições de Mannheim (1981), representando grupos e sujeitos que se posicionam política e socialmente em favor da implementação de medidas estratégicas que viabilizem melhorias qualitativas em determinados aspectos da sociedade que se encontram inseridos – sem que se pretenda transformar a realidade social como um todo (caso do progressismo em seu estado puro).

A Teologia da Libertação pelos agentes do SNI-PR

Apesar da pretensão de objetividade e neutralidade, supostamente pautada no paradigma estadunidense, pela qual se erigiu o aparato da inteligência investigativa da ditadura militar brasileira, os estudiosos da temática constataam a presença de fortes tendências dos agentes ativos expressarem sua subjetividade no desenvolvimento das investigações, o que pode ser apreendido pela presença de julgamentos de valores condicionados por perspectivas político-ideológicas (FICO, 2001; LAGÔA, 1983; NEVES JR, 2021). Exemplo disto, reside no fato de que com a manifestação da CNBB contra o regime ditatorial, no final dos anos 1960, a comunidade de informações passou a centrar esforços na investigação dos bispos e padres que constituíam o clero progressista e estavam alinhados com as diretrizes da entidade (FICO, 2001).

Neste sentido, há de enfatizar o cerne propositivo que permeou a doutrina de Segurança Nacional (DSN) da Escola Superior de Guerra (ESG), que consistia na pressuposição de representatividade sintética dos objetivos gerais da nação (políticos, econômicos, culturais, sociais e religiosos), considerando ser papel das Forças Armadas, portanto, garantir a coesão psicossocial da sociedade brasileira a partir do combate a qualquer formação que visa-se a infiltração de filosofias/ideologias exóticas no território nacional – os princípios da DSN foram apropriados da obra original do general Golbery do Couto e Silva (2003), considerado o principal ideólogo da ESG no período pré-1964 e responsável pela idealização e articulação do SNI (MIGUEL, 2002; NEVES JR, 2021).

As análises primárias dos documentos provenientes do arquivo do SNI paranaense permitiram discernir a existência de uma determinada lógica de cerceamento das mobilizações populares, tanto por parte da comunidade de informações quanto pelo sistema repressivo em sua totalidade. Assim, as preocupações dos agentes investigativos pautavam-se, não só, na identificação das matrizes político-ideológicas das organizações investigadas, como, também, em suas potencialidades de articulação com outros grupos ou organizações da sociedade civil.

Desta forma, era comum às diretrizes de atuação dos agentes da comunidade de informações o recolhimento de dados que viabilizassem

avaliar o perfil político-ideológico de grupos e sujeitos, assim como a identificação das configurações psicossociais das áreas de atuação das agências regionais do SNI. Indica-se, portanto, um dos relatórios solicitados à agência responsável pelos estados do Paraná e Santa Catarina, para avaliação das configurações político-ideológicas da região no ano de 1980 (*SNI-PR, Aspectos Psicossociais no Paraná e Santa Catarina, ACT_ACE_482_80*, 22 de maio de 1980, 12 laudas).

O agente responsável pela investigação teceu um panorama das seguintes configurações: Movimento Estudantil; Movimento Operário; Movimento do Clero; e atuação dos meios de comunicação. O relatório expressa uma considerável preocupação com as articulações de lideranças da Igreja Católica nas configurações da realidade paranaense, levando em consideração a afirmação do agente responsável pela investigação, segundo o qual:

Tanto no PARANÁ como em SANTA CATARINA, a Igreja através de seus representantes tem participado ativamente de todo e qualquer movimento, estudantil, operário, etc, sempre escudada na premissa de que é seu dever se colocar ao lado do mais fraco, do pobre, enfim, daqueles que julga serem perseguidos, e desassistidos. Contudo, tal colocação tem servido apenas para justificar a sua intromissão em assuntos alheios a sua real finalidade, bem como a sua participação contestatória, particularmente de alguns de seus representantes pertencentes a linha progressista, e mesmo de alguns até aqui considerados de linha conservadora (*SNI-PR, Aspectos Psicossociais no Paraná e Santa Catarina, ACT_ACE_482_80*, 22 de maio de 1980, laudas 06-07).

Note-se, pois, a percepção que o agente possuía a respeito dos limites de atuação e reivindicação dos grupos e mobilizações político-sociais. Assim como os demais movimentos investigados, o clero libertador (e também alguns membros da ala conservadora) é ilustrado como entidade que extrapola seu âmbito de atuação ao ampliar suas pautas de reivindicação às demandas conjuntas de outras mobilizações – a mesma lógica de raciocínio é direcionada para o Movimento Estudantil paranaense, que demonstrou considerável capacidade de articulação com outros grupos de resistência e questionamento político (NEVES JR, 2021).

Dentro desta lógica de atuação dos agentes da comunidade de informações, no período de abertura política (1975-85), era comum, portanto,

reconhecer determinados níveis de legitimidade para as organizações e mobilizações sociais, desde que estas estivessem rigidamente restritas às pautas momentâneas, locais e exclusivas da entidade de classe à qual pertenciam os sujeitos investigados. Assim, pelo prisma analítico do SNI do Paraná e Santa Catarina, o clero libertador poderia se organizar somente a partir de pautas intrínsecas à religiosidade e à comunidade de atuação da liderança, enquanto os estudantes poderiam se organizar para reivindicar melhores condições educacionais em sua Instituição de Ensino, desde que em nenhum momento estendessem-se críticas ao regime político-econômico vigente em si ou se fomentasse o diálogo com outros grupos ou localidades.

Determinada percepção se expandia para as múltiplas pautas organizativas que tomavam forma na realidade brasileira. Na já mencionada investigação a respeito do lançamento da Carta Pastoral “A Evangelização na Igreja em Curitiba”, o agente responsável enfatizava que todos os movimentos contestatórios ou reivindicatórios apresentavam tendência a receber apoio de diferentes organizações, destacando que o suporte político era sempre concedido por sujeitos vinculados à oposição do regime. Assim, o relator conclui:

Nos últimos tempos tem sido acentuada a atuação da CPT na área, particularmente, nos problemas de terras, embora desenvolva suas atividades também, junto aos trabalhadores volantes (bóias [sic] frias) do Norte do Paraná.

Em tais situações e sempre que possível, através de seus representantes tem disseminado idéias como:

- a dependência e a insegurança do povo é consequência da concentração dos bens de produção em poucas mãos;
- a proletarização do meio rural como fruto da política agrária do Governo;
- a injustiça e desigualdades como consequência da situação política atual;
- as autoridades e a Justiça como cúmplices dos que têm dinheiro e poder.

No que tange a CPT e a CPJP, e relativamente aos colonos, problemas fundiários, etc., tal é o entrosamento entre tais entidades que durante os atos levados a público, ambas se fazem presente, chegando a se confundir em suas atividades nesse campo. Por outro lado, a simples ligação bem como a defesa de causas adotadas por vários esquerdistas, faz com que vários religiosos e leigos, citados nesse documento, cuja ideologia não ficou definida, possam ser considerados, no mínimo, contestadores e simpatizantes da esquerda (SNI-PR, Comissão Pastoral da Terra – Paraná e Santa Catarina, ACT_ACE_561_80, 14 de agosto de 1980, laudas 13-14).

Acentua-se na avaliação do agente de informações uma exacerbada preocupação em garantir a reprodução de processos de fragmentação e especialização das pautas sociais, políticas e econômicas dos grupos que se organizavam na conjuntura. O reconhecimento da legitimidade das mobilizações era, assim, condicionado à incapacidade de estabelecer pautas comuns a partir do diálogo com outros grupos – sendo que o contrário era classificado como tendência à subversão e, consecutivamente, apreendido como ações nocivas à manutenção da ordem social vigente no país. Indica-se, portanto, que o modo de articulação social, nos espaços oferecidos pelo clero da libertação, feria as diretrizes de microcentralização das pautas político-sociais ambicionadas pela distorcida percepção de segurança nacional que imperava nas fileiras da comunidade de informações.

Deste modo, a concepção vigente na avaliação dos agentes de informação, acerca da complexidade sócio-política nacional, implicava na subsequente imposição de limites às formulações filosófico-ideológicas que julgavam cabíveis para cada setor específico da sociedade brasileira, fenômeno que permite problematizar quais eram as percepções da DSN no caso específico da Teologia da Libertação. Conforme informado em outro inquérito, disponível no arquivo de documentos do SNI-PR, o IV Encontro Intereclesial das CEBs ocorreu na cidade de Itaici/SP, entre os dias 20 e 24 de abril de 1981, contando com a presença de aproximadamente trezentas pessoas (sendo difundido e analisado por outras agências do órgão de informações). Segundo afirma o agente de informações responsável pela investigação:

O IV Encontro, confirmando os anteriores, não esteve voltado para debates teológicos, espirituais ou religiosos, mas, sim, para a política. Desse modo, nos dias que se seguiram à reunião e os representantes das CEBs foram conscientizados da falsa ideia de que da “fé derivam os compromissos para a transformação da sociedade”, e de que é perfeitamente compatível a religião com a política. Além disso, foi ensinada a forma de ritualizar e encenar seus problemas, bem como a de identificar as causas e soluções (SNI-PR, IV Encontro Intereclesial das Comunidades Eclesiais de Base – Itaici/SP, ACT_ACE_1124_81, 15 de junho de 1981, lauda 04).

Esbarra-se, aqui, com uma latente contradição dos princípios basilares da doutrina golberyana de Segurança Nacional, ao passo que esta

compreendia a sociedade brasileira enquanto geneticamente vinculada aos ideais de uma democracia cristã ocidental (NEVES JR, 2021). É recorrente, deste modo, nas fundamentações analíticas, tanto dos agentes de informação quanto na própria construção filosófica de Golbery do Couto e Silva (2003), a apropriação de juízos de valor com sentido religioso, principalmente no que tange à moralidade ocidental e às supostas tendências da subversão ao ateísmo (tomadas como cerne propositivo da corrupção social e derrocada da democracia). Em contrapartida, na percepção do agente investigativo, o posicionamento do clero libertador voltado para traçar vínculos entre fé e política é tomado, contraditoriamente, como equívoco que potencializaria a consolidação de uma “falsa consciência” entre os distintos setores da sociedade civil brasileira.

Neste sentido, torna-se relevante explicitar a preocupação que norteava as ações do SNI com as potencialidades de aparelhamento público e privado, por parte de agentes da subversão. Para a DSN, a ampliação da guerra para os âmbitos cultural e político havia consolidado programas estratégicos de inserção de sujeitos subversivos nos mais distintos níveis organizacionais da sociedade, o que demandava ativa vigilância e combate, visando a consolidação e manutenção da coesão político-ideológica do Brasil, à qual, em sua percepção, sintetizava-se na própria doutrina da Escola Superior de Guerra (NEVES JR, 2021).

Dentro desta perspectiva, é importante atentar-se a uma das investigações da comunidade de informações paranaense, na qual o agente responsável faz uma análise do grupo de leigos vinculados ao clero libertador que atuavam junto à assistência social e questões educacionais, a partir dos documentos “Roteiros para o Seminário”, “Causa Popular, Ciência Popular” e “Conjunto de textos e contribuições”, de autoria da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educação (FASE) – entidade subsidiada pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN). Segundo o relator, o intuito da FASE era a organização e orientação de lutas operárias e camponesas apropriando-se de uma metodologia de conhecimento científico com enfoque marxista. Segundo consta na análise do agente:

Convém salientar que as “técnicas” que orientam seu trabalho,

identificadas na documentação distribuída, assemelham-se as adotadas pelo PCB, nas atividades de “conscientização popular”, o que leva a crer que a FASE vem se prestando para a difusão de ideias que não se coadunam com os interesses nacionais (SNI-PR, Federação de Órgãos para Assistência Social e Educação (FASE), ACT_ACE_1286_81, 12 de dezembro de 1978, lauda 03).

Assim, retomando os elementos conceituais da doutrina golberyana (objetivos gerais da nação, aparelhamento e subversão), o agente de informações buscou vincular a noção de conscientização política, social e econômica dos trabalhadores paranaenses, realizada pelos setores leigos vinculados à Teologia da Libertação, com princípios de emancipação revolucionária das relações de dominação. Neste sentido, alguns apontamentos são necessários para a apreensão da complexidade que a religião, entendida como um produto ideológico da própria humanidade, assume na realidade concreta da vida social, indicando que, para a perspectiva ontológica lukácsiana, a religião é apreendida como um dos múltiplos elementos que perpassam o complexo ideológico de um determinado grupo/classe inserido em uma conjuntura e estágio de desenvolvimento específicos.

Deste modo, compreende-se que a religião, enquanto elemento ideológico, exerce um papel de atribuição de sentido para a vida imediata dos sujeitos singulares, sua concepção de mundo é construída, dinamicamente, demonstrando tendência a direcionar os sujeitos de acordo com os interesses que perpassam as relações de dominação e as potencialidades de seus subseqüentes conflitos de classe (LUKÁCS, 2018b). Contudo, há de se evidenciar uma especificidade na forma assumida por determinados setores da Teologia da Libertação, a qual consiste na apropriação de elementos ideológicos religiosos em conjunção com elementos ideológicos emancipatórios. Assim, princípios potencialmente alienadores (tradicionalismo cristão) são reformulados em uma proposta de possível superação do estado de alienação¹⁵ – necessário se faz considerar

¹⁵ Evidentemente, há de se enfatizar as distinções que cabem à formulação específica de uma proposta de superação de parte das estruturas latino-americanas nos parâmetros da Teologia da Libertação, caracterizada pelo alto teor de teorização filosófica e científica, quando comparada com demais momentos da história humana em que matriz judaico-cristã protagonizou reformulações em sua cosmovisão da realidade, restrita, contudo, aos limites do sentido religioso de relação com a vida social, para propor a superação da dominação imposta (como nos relatos bíblicos sobre o cativo no Egito Antigo e das perseguições aos cristãos nos séculos I-III no período do Império Romano). Esta especificidade, de instrumentalização

que determinado posicionamento encontra seus limites ao esbarrar na hierarquia burocrática que caracteriza a Igreja Católica Apostólica Romana enquanto instituição à nível internacional.

Não se pode, é claro, deixar de levar em consideração as condições concretas do modelo específico de capitalismo consolidado no Brasil. Pautado na reprodução da *via de desenvolvimento prussiano-colonial*, o capitalismo brasileiro se caracteriza pela forma duplamente subordinada das relações de produção, fato que demanda a construção, e constante aperfeiçoamento, de um aparato estatal altamente rígido que inviabilize a possibilidades de articulações populares que visem a emancipação da classe subalterna, em si, ou, mesmo, a conquista de direitos que ameassem os interesses da burguesia nacional e internacional e a reprodução desta delicada ordem de dominação (MAZZEO, 1999). Desta particularidade da via de desenvolvimento capitalista brasileira, decorre a formação de uma exceção no *padrão de reação societária*, que apresenta tendência a identificar qualquer mobilização que se oponha ao modelo conservador e tradicionalista de vida social como sendo potencialmente subversiva (FERNANDES, 2008).

Assim, entende-se a comunidade de informações como expressão materializada, e institucionalizada, de um amplo e histórico processo de consolidação do consenso político-ideológico em meio à sociedade civil brasileira – condição basilar para manutenção da ordem social instituída. Esta lógica atuante exacerba-se nos períodos de maior oscilação político-econômica internacional (como foi o caso da tensão da Guerra Fria), desencadeando processos de recrudescimento no modelo repressivo estatal, que passa a combater proposições progressistas em larga escala.

Considerações finais

Este trabalho buscou apresentar os resultados qualitativos de uma análise exploratória realizada sobre o arquivo de documentos do Serviço Nacional de Informações do estado do Paraná, que se encontra disponível

filosófico-científica na formação político-ideológica dos adeptos da Teologia da Libertação potencialmente viabilizaria às pessoas uma perspectiva singular de superação dos elementos alienantes da vida social.

para acesso público nas dependências do Arquivo Nacional (Rio de Janeiro) e do Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina (NDPH-UEL).

Para tanto, foram selecionadas, de forma intencional, doze pastas de documentos (contendo cento e trinta e uma laudas), que abordam aspectos das lideranças da Teologia da Libertação que atuaram na realidade paranaense durante a vigência da ditadura militar brasileira (1964-1985), tendo sido enfatizado neste trabalho as ações de membros do clero católico, leigos vinculados à Teologia da Libertação e, até mesmo, lideranças religiosas provenientes de outras matrizes do cristianismo.¹⁶

Valorizou-se, portanto, a atuação destes religiosos em meio a conjuntura político-social do regime ditatorial, identificando, não só alguns dos episódios que foram acompanhados e registrados por membros da comunidade de informações, como também a própria lógica interpretativa que guiou a ação persecutória dos agentes responsáveis. Neste sentido, foi primordial relacionar a construção reflexiva dos agentes com os elementos filosófico-ideológicos da doutrina de Segurança Nacional (DSN) e com as próprias condições materiais que decorrem da *via de desenvolvimento prussiano-colonial*, que caracteriza o capitalismo brasileiro.

Neste sentido, é importante destacar que, a partir de uma percepção analítica lukácsiana, a ideologia dos agentes do SNI (sintetizada na doutrina de Segurança Nacional da Escola Superior de Guerra), pode ser apreendida enquanto um produto da atividade humana que visava intervir diretamente na organização das relações de produção – objetivando, em última instância, o direcionamento das atividades e tomadas de posição cotidianas de modo a favorecer a orientação das transformações sociais a partir de um projeto de porvir partilhado por um determinado grupo/classe. Ao mesmo tempo, essa ideologia é compreendida como determinada e limitada pelas condições materiais da vida social, ou seja, é um produto do momento histórico e do contexto específico da sociedade brasileira em que se encontrava inserida.

A pesquisa reconhece os limites analíticos impostos (tanto pelas dimensões cabíveis ao presente texto, quanto pela extensão do arquivo

¹⁶ A presente pesquisa indica sua intenção no incentivo do desenvolvimento de novas pesquisas sobre estes sujeitos, assim como outros que estão presentes no arquivo de documentos, nas mais distintas áreas do conhecimento científico.

documental analisado), reforçando sua pretensão de contribuir com dados qualitativos que possibilitem, e fomentem, o desenvolvimento de novas pesquisas referentes ao material apresentado. Reforça-se, assim, a relevância de novas contribuições acadêmicas pautadas tanto na valorização do papel desempenhado pelo clero libertador na conjuntura paranaense de ditadura militar quanto nas análises das fontes documentais inéditas provenientes do Serviço Nacional de Informações (SNI).

Referências bibliográficas

BRASIL. **Relatório/Comissão Nacional da Verdade. Vol. 1.** Brasília: CNV, 2014. Disponível no endereço eletrônico: http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf (acesso em 11/12/2016 as 11h09min).

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil:** ensaio de interpretação sociológica. 5ª ed. São Paulo: Editora Globo, 2008.

FICO, C. **Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar:** espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

LAGÔA, A. **SNI:** como nasceu, como funciona. São Paulo: Brasiliense, 1983.

LÖWY, M. **A Guerra dos Deuses:** Religião e Política na América Latina. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

LUKÁCS, G. **Prolegômenos e Para a ontologia do ser social.** Volume 13. Maceió: Coletivo Veredas, 2018a.

LUKÁCS, G. **Para a ontologia do ser social.** volume 14. Maceió: Coletivo Veredas, 2018b.

MAINWARING, S. **Igreja Católica e Política no Brasil 1916-1985.** São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

MANNHEIM, K. O pensamento conservador. In: MARTINS, José de S. **Introdução Crítica a Sociologia Rural.** São Paulo: Editora Hucitec, 1981.

MARX, K.; ENGELS, F. **Ideologia Alemã.** 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MAZZEO, A. C. **Sinfonia inacabada:** a política dos comunistas no Brasil. São Paulo/Marília: Boitempo Editorial, 1999.

MÉSZÁROS, I. **O poder da ideologia.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

MIGUEL, L. F. Segurança e desenvolvimento: peculiaridades da ideologia da segurança nacional no Brasil. **Diálogos Latinoamericanos,** Århus, n. 5, p. 40-

56, 2002.

NEVES JR, J. W. A. **A Ideologia de Segurança Nacional no Arquivo de Documentos do Serviço Nacional de Informações do Estado do Paraná (1964-1985)**. Tese (Doutorado) em Ciências Sociais apresentada à Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp/Marília, 2021.

PARANÁ, **SNI-PR**. Atividades Subversivas – as atuais áreas de tensão no país e sua provável utilização pela subversão, ACT_ACE_1545_81, 20 de julho de 1978, 36 laudas (NDPH-UEL).

PARANÁ. **SNI-PR**. Federação de Órgãos para Assistência Social e Educação (FASE), ACT_ACE_1286_81, 12 de dezembro de 1978, 04 laudas (NDPH-UEL).

PARANÁ. **SNI-PR**. Dom Jayme Luiz Coelho – Bispo de Maringá/PR, ACT_ACE_276_79, 23 de outubro de 1979, 04 laudas (NDPH-UEL).

PARANÁ. **SNI-PR**. ME – Exibição de documentário sobre a independência de Moçambique, 25 de outubro de 1979, ACT/ACE-280-79, 06 laudas (NDPH-UEL).

PARANÁ. **SNI-PR**. Visita de Dom Paulo Evaristo Arns à Rolândia/PR, ACT_ACE_339_80, 13 de dezembro de 1979, 06 laudas (NDPH-UEL).

PARANÁ. **SNI-PR**. Padre Natalício José Weschenfelder, ACT_ACE_399_80, 12 de fevereiro de 1980, 20 laudas (NDPH-UEL).

PARANÁ. **SNI-PR**. D. Luiz Colussi – Bispo Coadjuvo da Diocese de Lins/SP, ACT_ACE_462_80, 24 de abril de 1980, 05 laudas (NDPH-UEL).

PARANÁ. **SNI-PR**. Aspectos Psicossociais no Paraná e Santa Catarina, ACT_ACE_482_80, 22 de maio de 1980, 12 laudas (NDPH-UEL).

PARANÁ, **SNI-PR**. Comissão Pastoral da Terra – Paraná e Santa Catarina, ACT_ACE_561_80, 14 de agosto de 1980, 15 laudas (NDPH-UEL).

PARANÁ. **SNI-PR**. Atuação das organizações subversivas no Movimento Estudantil universitário e secundarista, 24 de agosto de 1981, ACT/ACE-1321-81, 06 laudas (NDPH-UEL).

PARANÁ, **SNI-PR**. Escritório para Defesa de Estrangeiros – Curitiba/PR – V Encontro Estadual da Comissão Pontifícia Justiça e Paz – Cascavel/PR, ACT_ACE_602_80, 30 de setembro de 1980, 09 laudas (NDPH-UEL).

PARANÁ, **SNI-PR**. IV Encontro Intereclesial das Comunidades Eclesiais de Base – Itaici/SP, ACT_ACE_1124_81, 15 de junho de 1981, 08 laudas (NDPH-UEL).

PARANÁ. **Relatório da Comissão Estadual da Verdade – PR Teresa Urban**. 2014. Disponível no endereço eletrônico: <https://www.documentosrevelados.com.br/geral/relatorio-final-da-comissao-estadual-da-verdade-do-parana/> (acessado em 15/01/2017 as 14h53min).

ROMANO, R. **Brasil: Igreja contra Estado**. São Paulo: Kairós Editora, 1979.

SANTOS, G. P. dos. A Teologia da Libertação e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) na região de Londrina durante a ditadura militar (1964-1985). In: LANZA, Fabio et al. (Orgs). **Interfaces entre Religião e Política em Londrina**. Londrina: UEL, 2013, p. 47-75.

SILVA, G. do C. e. **Geopolítica e Poder**. Rio de Janeiro: UniverCidade, 2003.

WANDERLEY, L. E. **Democracia e Igreja Popular**. São Paulo: EDUC, 2007.